

Crédito consignado para servidor terá restrições

O governo federal aumentou o controle da liberação de empréstimos com desconto em folha de pagamento de servidores públicos ativos e aposentados, o crédito consignado. A medida foi tomada para dar mais segurança às operações e impedir a concessão de crédito acima do limite de comprometimento de 30% da renda. A partir de junho, os bancos só poderão realizar esse tipo de transação após checar o nível de endividamento do funcionário público no Sistema da Administração Pública na Internet (Siapnet).

Agora o servidor público precisa solicitar antecipadamente uma senha no Siapnet e repassá-la ao banco para conseguir o empréstimo. No sistema, as instituições financeiras terão informações sobre empréstimos já contraídos pelo servidor e precisarão avaliar se há espaço para novas operações. Essas informações servirão para o servidor controlar os descontos feitos de salário ou benefício e acompanhar o seu nível de endividamento.

A medida, segundo a secretária-adjunta da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Maria do Socorro Mendes Gomes, vai evitar sobreposição de operações e abusos na utilização do consignado, pois hoje não há controle prévio, o que leva a operações inseguras para o servidor e para o banco. Segundo ela, a medida tende a proporcionar redução do juro no médio e longo prazos.

Pelas regras de concessão do crédito consignado, os funcionários públicos podem comprometer até 30% de seu rendimento mensal com operação de crédito. O problema é que esse percentual está sendo descumprido. Em algumas situações, a instituição financeira, estava liberando empréstimos para clientes que já tinham estourado o limite da margem. E havia casos de má-fé não só dos bancos e associações de crédito como também de servidores, que solicitavam empréstimos além do limite legal. (Fonte: Jornal O Estado de São Paulo)

Técnicos administrativos da AGU esperam apresentação de proposta de plano de carreira

Os servidores técnicos administrativos da AGU, paralisados em alguns estados brasileiros com o objetivo de pressionar o governo pela apresentação da proposta de plano de carreira discutida em GT específico, aguardam apresentação da mesma nesta sexta-feira, 7 de maio. Caso o governo cumpra o prazo acertado e realmente realize a apresentação do projeto hoje, os servidores devem reunir-se em assembleia para analisar, negociar e deliberar sobre a proposta e a paralisação. Até o momento os estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Roraima, Rondônia e Tocantins estão com seus técnicos administrativos da AGU de braços cruzados. Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estudam adesão ao movimento.